



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

GERENCIAMENTO DE RISCOS

SEI nº 10148/2024

**Objeto:** contratação de empresa especializada para prestação dos serviços continuados de Agente de Portaria.

**1. OBJETIVO**

1.1. Têm por objetivo o presente Gerenciamento de Riscos identificar os eventos que ensejam riscos e os impactos associados desde o planejamento da aquisição até o encerramento do contrato e estudar as soluções aplicáveis para fins de controle, prevenção e mitigação de acordo com as disposições contidas nos arts. 25 e 26 da IN 5/2017 – SEGES/MPDG; Resolução TSE nº 23.234/2010 e Resolução TRE/RN nº 17/2017.

1.2. Conforme ETP, entendemos que além de necessário, a Resolução 435/2021 do CNJ, Art 14, I, torna imperativa a referida contratação.

1.3 Trata-se de uma contratação necessária para o TRE/RN como demonstrado nos Estudos Técnicos Preliminares, pela necessidade de segurança nos prédios da Justiça Eleitoral no Estado.

1.4 Segue mapa de riscos com as ações a serem adotadas pelas unidades competentes visando minimizar o risco ou sanar/reduzir os impactos, no caso de ocorrência.

**MAPA DE RISCOS**

F a s e	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Im pac to	Ação preventiva Responsável	Ação de contingência Responsável
1	1 - Contratação de serviços inerentes às categorias funcionais abrangidas	B	1 - Contratação ilegal à luz do disposto no Decreto nº 9.507/2018, Resolução TSE nº	MA	1 - Leitura atenta das vedações contidas no Art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, Art. 12 Res. TSE nº 23.702/2022 e	1 - Promover alteração qualitativa no contrato para adequar as atividades dos terceirizados de acordo com a



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**  
**NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

<b>Fase</b>	<b>Descrição do Risco</b>	<b>Possibilidade de ocorrência do risco</b>	<b>Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco</b>	<b>Impacto</b>	<b>Ação preventiva Responsável</b>	<b>Ação de contingência Responsável</b>
	pelo plano de cargos do TRE/RN.		23.702/2022 e jurisprudência do TCU.  2- Impacto nos cálculos das despesas com pessoal no Relatório de Gestão Fiscal, conforme dispõe o § 1º do art 18 da LC 101/2020 ( Lei de Responsabilida de Fiscal).		acórdãos do TCU.  Resp: Equipe de Planejamento.  2 - Deixar claro nos artefatos da fase de planejamento da contratação que os serviços serão de apoio/auxílio, devendo as atividades relativas ao planejamento, pareceres técnicos, decisões, e outras de cunho estratégico serem de responsabilidade dos servidores.  Resp: Equipe de Planejamento.	legislação. Não sendo possível, promover a extinção imediata do contrato.  Resp: Administração.
<b>1</b>	Erro no estabelecimento do valor estimado.	<b>B</b>	1. Contratação superfaturada, no caso de valor estimado com sobrepreço;  2. Licitação fracassada, no	<b>A</b>	1. Indicar a convenção coletiva de trabalho da categoria profissional no termo de	1. No caso da contratação ser efetivada, deverá ser proposta redução no valor do contrato a níveis compatíveis com o



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**  
**NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

<b>F a s e</b>	<b>Descrição do Risco</b>	<b>Possibilidade de ocorrência do risco</b>	<b>Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco</b>	<b>Im pac to</b>	<b>Ação preventiva Responsável</b>	<b>Ação de contingência Responsável</b>
			caso de valor estimado subdimensionado.		referência.  Resp: Equipe de Planejamento.  2. Ler toda a convenção coletiva indicada no Termo de Referência, analisando o salário e os benefícios obrigatórios.  Resp: SETEC.  3. Preencher cuidadosamente a planilha de custos e formação de preços, identificando os campos obrigatórios.  Resp: SETEC.  4. A pesquisa de preços deverá ser realizada com	mercado ou a rescisão contratual.  Resp: Equipe de Fislização, SEGEC e AJDG.  2. No caso de fracasso da licitação, deverá ser realizado novo procedimento de contratação, com nova pesquisa de preços corrigindo os vícios existentes.  Resp: Equipe de Planejamento e SETEC.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**  
**NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

<b>F a s e</b>	<b>Descrição do Risco</b>	<b>Possibilidade de ocorrência do risco</b>	<b>Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco</b>	<b>Im pac to</b>	<b>Ação preventiva Responsável</b>	<b>Ação de contingência Responsável</b>
					base na In 5/2017 - MPDG e IN 65/2021 – SEGES/ ME.  Resp: SETEC.	
<b>2</b>	Falta de interesse do mercado no objeto da licitação	B	1. Contratação deserta ou fracassada.  2. Atraso da nova contratação, gerando impacto relevante para o Tribunal.	A	1. No Termo de Referência exigir apenas os documentos de habilitação previstos na Lei nº 14.133, IN 5/2017 - SEGES/MPDG e normas específicas do objeto.  Resp: Equipe de Planejamento e SEDIC.  2. Para fins de contratação, adotar no Termo de Referência apenas as exigências necessárias.	Consultar o mercado a fim de conhecer os motivos do desinteresse e realizar novo procedimento de contratação, excluindo do Termo de Referência as exigências restritivas.  Resp: Equipe de Planejamento.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**  
**NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

<b>F a s e</b>	<b>Descrição do Risco</b>	<b>Possibilidade de ocorrência do risco</b>	<b>Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco</b>	<b>Im pac to</b>	<b>Ação preventiva Responsável</b>	<b>Ação de contingência Responsável</b>
					Evitar, por exemplo, cláusula de reserva geográfica.  Resp: Equipe de Planejamento.	
<b>3</b>	Contratada atrasa pagamento aos seus funcionários	M	1. Possíveis demandas judiciais pelos atrasos nos pagamentos aos funcionários terceirizados;  2. Insatisfação dos funcionários pelo atraso no pagamento já que trata-se de direito líquido e certo receber o seu salário e demais benefícios dentro do prazo previsto em lei	A	1. Prever no Termo de Referência a possibilidade do TRE/RN pagar o salário e demais benefícios diretamente aos funcionários terceirizados.  Resp: Equipe de Planejamento.  2. Exigir no Termo de Referência que a contratada providencie a abertura de conta vinculada.  Resp: Equipe de	Realizar o pagamento diretamente aos terceirizados, nos termos previstos no Edital do certame licitatório e no contrato.  Resp: Equipe de Fiscalização, SEGEC e AJDG.  Oficiar a empresa contratada alertando para a possibilidade de rescisão contratual caso a situação venha a se repetir e aplicar as sanções administrativas



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**  
**NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

<b>F a s e</b>	<b>Descrição do Risco</b>	<b>Possibilidade de ocorrência do risco</b>	<b>Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco</b>	<b>Im pac to</b>	<b>Ação preventiva Responsável</b>	<b>Ação de contingência Responsável</b>
			e no contrato trabalhista.		Planejamento.  3. Indicar no Termo de Referência cláusula que exija da contratada o pagamento aos funcionários dos valores vigentes em convenção coletiva independentemen te do pedido de repactuação.  Resp: Equipe de Planejamento  4. Prever no Termo de Referência a aplicação de sanções administrativas para o caso de atraso no pagamento por parte da	cabíveis.  Resp: Equipe de Fiscalização e AJDG.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**  
**NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

<b>F a s e</b>	<b>Descrição do Risco</b>	<b>Possibilidade de ocorrência do risco</b>	<b>Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco</b>	<b>Im pac to</b>	<b>Ação preventiva Responsável</b>	<b>Ação de contingência Responsável</b>
					contratada aos seus funcionários.  Resp: Equipe de Planejamento.	
<b>3</b>	1 - Prática de assédio promovida pelo TRE/RN contra os funcionários terceirizados.	B	1 - Insatisfação dos funcionários pelo dano moral sofrido, podendo ocorrer judicialização quanto ao assédio praticado.	A	1 - Prever no Termo de Referência a necessidade de conhecimento por parte dos funcionários da contratada da política de combate ao assédio promovida pelo TRE/RN.  Resp: Equipe de Planejamento.  2 - Campanha de divulgação interna.  Resp: Administração.	1 - Intensificação na fiscalização contratual para conscientizar o servidor que estiver praticando assédio contra o funcionário terceirizado.  Resp: Equipe de Fiscalização.
<b>3</b>	1 - Insatisfação dos profissionais com o baixo salário a ser pago.	A	1 - Profissionais em busca de melhores condições salariais, provocando alta rotatividade	A	1 - Procura por uma CCT com melhores condições salariais.  Resp: Equipe de Planejamento.	Não há.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**  
**NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

<b>F a s e</b>	<b>Descrição do Risco</b>	<b>Possibilidade de ocorrência do risco</b>	<b>Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco</b>	<b>Im pac to</b>	<b>Ação preventiva Responsável</b>	<b>Ação de contingência Responsável</b>
			nos postos de trabalho.			
<b>3</b>	1 - Terceirizado o realizar atividades não previstas em contrato (desvio de função)	B	1 - Prejuízo na execução dos serviços que estão previstos em contrato.  2 - Insatisfação dos profissionais com possibilidade de judicialização.	A	1 - Será estabelecido no Termo de Referência as atividades a serem executadas pelos terceirizados como forma de evitar o desvio de função.  Resp: Equipe de Planejamento.	1 - A contratada será orientada a expor de imediato à fiscalização qualquer atividade que for solicitada e não esteja prevista em contrato.  Resp: Equipe de Fiscalização.
<b>3</b>	1 - Relação de pessoalidade e subordinação entre Contratante e empregados da Contratada que possam caracterizar relação empregatícia.	B	1 - Reconhecimento do vínculo empregatício pela Justiça Trabalhista levando a prejuízo ao erário.	A	1 - Para evitar a pessoalidade, já existe o local adequado o profissional que irá laborar sendo o ambiente exclusivo (Guarita do subsolo).  Resp: Administração.  2 - De acordo com a IN nº 05/2017 - SEGES/MPDG será estabelecido no	1 - O STF adotou entendimento da impossibilidade de vínculo empregatício entre terceirizado e a Administração Pública, diferentemente do entendimento adotado pelo TST. Caso o vínculo empregatício seja reconhecido pela Justiça Trabalhista, a União deverá recorrer ao STF.  Resp:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**  
**NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

<b>F a s e</b>	<b>Descrição do Risco</b>	<b>Possibilidade de ocorrência do risco</b>	<b>Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco</b>	<b>Im pac to</b>	<b>Ação preventiva Responsável</b>	<b>Ação de contingência Responsável</b>
					<p>Termo de Referência as atividades a serem executadas pelo terceirizado como forma de evitar a subordinação jurídica.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>	Administração.
<b>3</b>	1 - Empresa contratada indicar profissionais inabilitados ou com pouca experiência.	M	1 – Falhas no controle de acesso, comprometendo a segurança	A	<p>1 - Indicar no Termo de Referência o IMR - Índice de Medição de Resultado com possibilidade de glosa no pagamento para falhas nos serviços prestados;</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>2 - Indicar no Termo de Referência entre as condições da contratação a habilitação do profissional bem como a experiência</p>	<p>1 - Glosar o pagamento de acordo com o IMR.</p> <p>Resp: Equipe de Fiscalização e Administração.</p>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**  
**NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

<b>F a s e</b>	<b>Descrição do Risco</b>	<b>Possibilidade de ocorrência do risco</b>	<b>Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco</b>	<b>Im pac to</b>	<b>Ação preventiva Responsável</b>	<b>Ação de contingência Responsável</b>
					mínima necessária.  Resp: Equipe de Planejamento.  3 - Fiscalizar se a qualificação do profissional indicado pela contratada está de acordo com o exigido em Edital.  Resp: Equipe de Fiscalização.	
<b>3</b>	Interrupção da execução do contrato pela contratada.	B	1 - Serviços não serão executados ocasionando prejuízo ao TRE/RN.	A	1 - Previsão no Termo de Referência da garantia contratual.  Resp: Equipe de Planejamento.  2 - Previsão em Edital de critérios de habilitação econômico- financeira.  Resp: Equipe de Planejamento.  3 - Previsão no Termo de Referência de	1 - Acionamento da garantia contratual.  Resp: Administração.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**  
**NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

<b>F a s e</b>	<b>Descrição do Risco</b>	<b>Possibilidade de ocorrência do risco</b>	<b>Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco</b>	<b>Im pac to</b>	<b>Ação preventiva Responsável</b>	<b>Ação de contingência Responsável</b>
					aplicação das sanções administrativas cabíveis.  Resp: Equipe de Planejamento.	

Fase 1: Planejamento da contratação, 2: Seleção do fornecedor, 3: Gestão do contrato  
Tabela de Gradação (Possibilidade de ocorrência do risco e Impacto):  
MA - Muito Alto, A - Alto, M - Médio, B - Baixo, MB - Muito Baixo

Natal/RN, 05 de dezembro de 2024.

Edwin Aldrin Salviano de Brito  
Integrante Demandante/Técnico

Ernesto Leça Pinto  
Integrante Administrativo